

**A. I. Nº** - 281906.0064/08-3  
**AUTUADO** - CALÇADOS SIMÕES FILHO LTDA.  
**AUTUANTE** - LUIZ GONZAGA MELLO DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/METRO  
**INTERNET** - 02.04.2009

#### **5ª UNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0012-05/09**

**EMENTA:** ICMS. EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL. (ECF). FALTA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA APLICATIVO. SOFTWARE BÁSICO. MULTA. Contribuinte comprovou haver atendido a intimação antes da lavratura do Auto de Infração. Infração não caracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 17/09/2008, aplica multa no valor de R\$ 1.380,00, em decorrência de não ter informado à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do equipamento de controle fiscal.

O autuado, à folha 15, impugnou o lançamento tributário, alegando que conforme cópia anexada à defesa já prestou a informação referente ao aplicativo via o site da SEFAZ, requerendo revisão do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 25, ao prestar a informação fiscal, frisa que o contribuinte foi autuado por não ter informado à SEFAZ, mesmo depois de intimado, o aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do ECF, conforme determina a Portaria nº 53/2005.

Salienta que a Portaria nº 53/05 determina em seu artigo 23 que os contribuintes do ICMS, usuário de programas aplicativos de que trata a referida portaria, deverão comunicar ao fisco até 30 de junho de 2006, o nome e a versão do aplicativo que está utilizando. Apesar de não ter atendido a legislação em tela, a SEFAZ não aplicou a multa prevista na legislação, tendo intimado o autuado para o cumprimento da obrigação, o que não foi atendido pelo sujeito passivo, gerando a multa aplicada.

Aduz que o comprovante anexado a defesa à folha 16 foi emitido em 13/09/2008, portanto alguns dias após ter vencido o prazo concedido na intimação que lhe foi entregue.

Ao finalizar, opina pela manutenção da autuação, porém deixa a critério dos julgadores a decisão quanto a possível redução da multa aplicada, considerando que não houve dolo por parte do contribuinte, nem foi apurado imposto sonegado.

#### **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração no qual está sendo aplicada a penalidade pelo descumprimento de obrigação acessória, relativa ao uso de equipamento de cupom fiscal (ECF), em decorrência de não ter informado à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do equipamento de controle fiscal.

Analisando as peças constantes dos autos, observei que à folha 05 consta Termo de Intimação concedendo mais 10 (dez) dias para o autuado informar à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do equipamento de controle fiscal.

Apesar de poder aplicar a multa pelo descumprimento da obrigação acessória a SEFAZ Bahia concedeu novo prazo ao contribuinte, sem aplicação da penalidade. Entretanto, mais uma vez o autuado não atendeu a determinação da legislação aplicada ao caso, qual seja, o artigo 23 da Portaria nº 53/05 e § 3º do artigo 824-D do RICMS/97.

O artigo 23 acima citado, determina que os contribuintes do ICMS, usuários de programas aplicativos de que trata esta Portaria, deverão comunicar ao fisco, até 30 de junho de 2006, o nome e a versão do aplicativo que está utilizando. No mesmo sentido, o § 3º do artigo 824-D, do RICMS em vigor, estabelece que o contribuinte deverá informar à SEFAZ o programa aplicativo utilizado para comandar o ECF, sempre que solicitar habilitação de uso, devendo, na hipótese de alteração do programa aplicativo, informar o novo programa utilizado.

Entretanto, em sua defesa o autuado alegou que já teria informado à SEFAZ o programa aplicativo utilizado para comandar o ECF, via internet, tendo acostado aos autos à folha 16 o comprovante de sua alegação, datado de 13/09/2008.

O documento acostado pela defesa comprova que o autuado regularizou a sua situação antes da lavratura do Auto de Infração, uma vez que em 13/09/2008 atendeu a intimação fiscal, ao informar à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do equipamento de controle fiscal, antes da lavratura do Auto de Infração, o qual data de 19/09/2008, portanto seis dias depois do atendimento da intimação.

Pelo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 281906.0064/08-3, lavrado contra **CALÇADOS SIMÕES FILHO LTDA.** .

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de março de 2009.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE / RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS DE CARVALHO - JULGADORA